

Nilde Iotti (1920 – 1999)

Defensora do sufrágio universal e uma das fundadoras da República Italiana



Leonilde «Nilde» Iotti foi combatente da resistência durante a Segunda Guerra Mundial e uma das mulheres políticas mais importantes do pós-guerra. Considerada por muitos como uma das fundadoras da República Italiana e, talvez, «o melhor presidente que a Itália nunca teve», foi membro da comissão que redigiu as bases da nova Constituição do país em 1946. Dois anos mais tarde, entrou para a Câmara dos Deputados, da qual acabou por tornar-se presidente, sendo a pessoa que ocupou este cargo durante mais tempo.

Europeísta convicta, Leonilde Iotti foi membro do Parlamento Europeu entre 1969 e 1979 e eleita vice-presidente do Conselho da Europa em 1997.

Leonilde «Nilde» Iotti nasceu em Reggio Emilia, uma pequena cidade pró-comunista no norte de Itália, em 10 de abril de 1920. Estudante diligente, obteve uma bolsa de estudo para cursar Literatura e Filosofia na prestigiada universidade católica de Milão, embora tenha permanecido uma atea convicta durante toda a sua vida.

Durante a Segunda Guerra Mundial, combateu na resistência. Terminado o conflito, tornou-se uma figura proeminente do Partido Comunista (PCI) e uma dirigente importante da União das Mulheres Italianas, dominada por este. Quando as mulheres conquistaram o sufrágio universal em 1945, Leonilde Iotti beneficiava de um apoio considerável junto do eleitorado feminino. Em 1946, foi eleita para a assembleia constituinte, uma câmara parlamentar encarregada da redação da nova Constituição republicana, tendo sido responsável pela redação da secção relativa à política da família.

Em 1948, Leonilde Iotti integrou a Câmara dos Deputados, uma das duas câmaras do Parlamento italiano, a par do Senado.

Entre 1979 e 1992, foi presidente deste órgão, sendo a primeira mulher e o primeiro comunista a desempenhar um alto cargo institucional em Itália. Conhecida pela segurança e imparcialidade com que desempenhava as suas funções, foi muitas vezes considerada «o melhor presidente que a Itália nunca teve».

Após a morte do líder do PCI Palmiro Togliatti, em 1964, Leonilde Iotti trabalhou arduamente para modernizar o partido, representando a sua facção pró-europeia. Ao longo de toda a carreira, apoiou a integração europeia como motor de uma transformação social positiva. «Queremos que a União Europeia [...] descubra novas vias para um maior desenvolvimento civil, social e político e abra novas fronteiras que permitam a renovação e o crescimento que deixaram de ser possíveis no espaço estreito dos Estados-nação, atualmente demasiado espartilhados e, por conseguinte, limitados na sua soberania». (Nilde, Parole e Scritti, 1955 – 1998, Comitato per la costituzione della Fondazione Nilde Iotti).

Durante este período, Leonilde lotti continuou a lutar arduamente pelos direitos das mulheres. Apoiou e fez campanha com êxito pela introdução de leis relativas ao divórcio e ao aborto, que constituíam grandes prioridades para os membros do movimento feminino. Foi também uma voz mediadora, instando os seus camaradas mais jovens a não ignorarem os pontos de vista das mulheres católicas sobre esses temas.

O sustinãtoare a sufragiului universal

Enquanto figura política empenhada na ideia de uma Europa justa e equitativa, Leonilde lotti estava determinada a colocar a sua luta pelo sufrágio universal na agenda europeia. Em 1969, o primeiro ano em que são nomeados candidatos comunistas, entra para o Parlamento Europeu enquanto membro da delegação italiana. Ao longo do mandato como deputada europeia, defende eleições diretas para o Parlamento Europeu já que acreditava que a eleição pelos cidadãos reforçaria o mandato do Parlamento e lhe daria a credibilidade necessária para agir em nome dos cidadãos.

A sua visão de uma Europa unida também se estendia às implicações geopolíticas de uma união cada vez mais estreita. Para Leonilde lotti, os povos da Europa tinham o dever de influenciar positivamente, por exemplo, as relações Norte-Sul a nível mundial, a paz e o desenvolvimento do Médio Oriente ou, de um modo mais geral, a regulamentação do sistema internacional.

Leonilde lotti viu o seu trabalho e o dos seus colegas recompensado com a realização das primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu em 1979. Pouco tempo depois, pôs termo à sua associação de dez anos com o Parlamento Europeu, período durante o qual também desempenhou funções na comissão dos Assuntos Externos desta instituição. A sua ligação com a Europa não ficou por aqui. Em 1997, foi eleita vice-presidente do Conselho da Europa, a organização dos direitos humanos que conta com 47 países membros.

Após 53 anos na cena política, Leonilde lotti anunciou a sua demissão do Parlamento italiano em novembro de 1999. Faleceu duas semanas mais tarde, em 4 de dezembro, em Roma, aos 79 anos de idade.